

Comissão vai ajudar a fazer aborto

A partir de abril, uma equipe vai concentrar serviços para grávidas vítimas de estupro que têm direito legal ao aborto

Vitória terá, a partir de abril, a primeira comissão de ética para discutir a prática do aborto legal no Estado. O órgão prestará serviço gratuito e será composto por representantes do Programa de Atendimento a Vítimas de Violência Sexual no Espírito Santo (Pavivis), Conselho Regional de Medicina (CRM), Ministério Público Estadual, Secretaria de Direitos Humanos e Centro de Atendimento a Vítimas de Violência.

Segundo a coordenadora do Pavivis, Margarita Mateo, o objetivo é diminuir o sofrimento das vítimas, que têm o direito ao aborto, mas enfrentam muita burocracia.

“Com essa comissão, vamos concentrar todos os serviços que a mulher precisa para ser autorizada a operar. Será feita a comprovação do estupro através de exames, o acompanhamento psicológico e a autorização judicial do aborto. Isso vai tornar o processo mais rápido e menos doloroso, porque quanto mais cedo a gravidez for interrompida, melhor para a mulher”, explicou.

O primeiro passo continuará sendo o boletim de ocorrência. A partir daí, será analisado o dia fértil da vítima e se a idade do feto coincide com a data da violência.

“Vamos também evitar abusos, pois ninguém poderá chegar lá e falar que foi estuprada. É preciso provar isso”, contou Margarita.

A comissão de ética terá o poder de decidir quem fará ou não o aborto. Por isso, serão definidas ainda este mês normas criteriosas que serão analisadas em cada caso.

Margarita afirmou ainda que outra vantagem é a participação de médicos que concordem em realizar o aborto. “As operações são feitas no Hospital das Clínicas. Mas o médico tem um código de ética bem claro no sentido de que ele não é obrigado a fazer nada que não seja compatível com seus valores”, ressaltou, lembrando ainda que se a vítima resolve ter a criança, terá apoio com alimentação ou encaminhamento à adoção.

Dados do Pavivis apontam que, entre 2002 a 2004, 37 mulheres vítimas de estupro procuraram pelo aborto legal, e seis optaram pela interrupção. Para evitar a gravidez em casos de estupro, o Hospital das Clínicas distribui a pílula do dia seguinte.

Em Brasília, até a próxima sexta-feira será formada uma comissão de revisão da legislação punitiva do aborto, conforme **A Tribuna** publicou ontem. O objetivo é rever a pena de um a três anos de detenção para a mulher que realiza aborto.

KADIDJA FERNANDES/AT



MULHERES – Trabalhadoras rurais sem-terra realizaram ontem à tarde uma manifestação em frente ao Tribunal de Justiça do Estado, em Vitória, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher.

Durante todo o dia houve várias homenagens às mulheres, como palestras, exposições

e distribuição de presentes.

Até o final do mês outras atividades estão programadas em vários municípios da Grande Vitória. Em Vitória, por exemplo, a Câmara Municipal vai homenagear hoje 74 mulheres da capital, no Teatro Universitário, no campus de Goiabelas da Ufes.

ARQUIVO/AT



Margarita Mateo alerta para o direito da mulher de optar por aborto em caso de violência

RODOSOL

Informe Público

COMPROMISSO COM A POPULAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Introdução

O contrato de concessão assinado em 22/12/1994 entre a Rodosol - Concessionária Rodovia do Sol S.A. e a DER-ES, Departamento de Estradas de Rodagem do Espírito Santo, atualmente DCRTESS, está juridicamente perfeito, estabeleceu os valores dos pedágios e a forma de seus reajustamentos, até o final do prazo de concessão em 2023.

Considerando que o valor destas tarifas de pedágio tem sido questionado, a Rodosol, ciente de suas responsabilidades na manutenção e operação da Terceira Ponte e da Rodovia do Sol, ao longo dos primeiros 10 anos, vem apresentar a seus usuários e a população do Estado do Espírito Santo os seguintes esclarecimentos e observações:

Constituição de projeto da nova Rodovia do Sol

Em 1998, o Governo do Estado do Espírito Santo, desejando desenvolver a economia e o turismo dos municípios de Vila Velha e Guarapari, e seguindo o exemplo dos governos federal e estaduais, decidiu utilizar a capacidade financeira do Sistema Rodosol para fazer as obras de duplicação da rodovia, ligando Vila Velha a Serra, e do Contorno de Guarapari, além de assegurar aos usuários todos os serviços de operação e manutenção.

O edital estabeleceu também que o licitante vencedor da concorrência, antes da assinatura do contrato, deveria quitar o valor de 100 milhões de reais devido pelo Estado, junto ao BNDES, para construção da ponte, no montante de R\$ 11,5 milhões.

A viabilidade financeira do empreendimento seria garantida pelo pedágio da ponte, com a tarifa máxima de R\$ 4,00, valor este congelado desde 1994, a pelo pedágio da estrada, estabelecido em R\$ 2,80, o qual foi definido nas mesmas condições dos contratos de concessão rodoviária celebrados em outros Estados.

Seis anos de concessão

O contrato encontra-se em plena vigência. Nos seis primeiros anos a Rodosol:

1. Investiu R\$ 155,7 milhões nas obras, sendo:

A. na Terceira Ponte	R\$ 20,6 milhões
B. no município de Vila Velha	R\$ 63,9 milhões
C. no município de Guarapari	R\$ 71,2 milhões

2. Recolheu o expressivo valor de R\$ 3,8 milhões de ISS sobre a receita de pedágio para Vitória, Vila Velha e Guarapari. Apenas no ano de 2004 a arrecadação de ISS atingiu:

A. no Município de Vila Velha	R\$ 1.344.858,00
B. no Município de Guarapari	R\$ 345.948,00
C. no Município de Vitória	R\$ 179.795,00

3. Pleno de caixa

Em dezembro de 2004 a Rodosol apresentou um déficit de caixa de R\$ 102 milhões, coberto por aporte direto dos acionistas (R\$ 40 milhões) e por empréstimos garantidos pelos acionistas (R\$ 59 milhões). Este déficit decorre do montante dos investimentos e de custos já terem alcançado R\$ 272 milhões enquanto a arrecadação de receitas do pedágio somou R\$ 170 milhões.

Esclarecimento final

Conforme definido na Cláusula XIX do Contrato de Concessão, o reajuste do pedágio deve ocorrer anualmente a cada data de aniversário do contrato, ou seja, todo dia 22 de dezembro de cada ano.

Em dezembro último, depois de atravessar um período de dois anos sem reajuste na tarifa, a Rodosol aplicou os índices contratuais e obteve as tarifas de pedágio de R\$ 1,00 para a Terceira Ponte e de R\$ 5,40 para a rodovia.

O Governo do Estado criou a Comissão de Análise de Equilíbrio Econômico e Financeiro do Contrato da Rodosol, com a incumbência de analisar as reivindicações de reajustes e apresentar possíveis alternativas para equilíbrio econômico e financeiro.

No dia 12 de janeiro de 2005, a Rodosol foi autorizada pelo Governo do Estado a reajustar o pedágio da Praia do Sol. O pedágio da Terceira Ponte não foi sendo definido.

Esta diferença de arrecadação, causada pelo não reajustamento da tarifa da Terceira Ponte, impede que a Rodosol mantenha o cronograma de investimentos anteriormente ajustado, especialmente o início da Vale Espírito, o qual pode comprometer o padrão de qualidade da operação e manutenção do sistema.

A Rodosol aguarda para finalizar a conclusão das atividades da Comissão Governamental e mantém sua confiança de que o Governo Estadual sabará encontrar alternativas que, mantendo o equilíbrio econômico e financeiro do contrato, alcancem maior modicidade na tarifa da Terceira Ponte.

Após completar seis anos de atividades, a Rodosol se consolida como empresa parceira dos capitais e do Estado do Espírito Santo, participando como importante suporte para o seu desenvolvimento.

RODOSOL